

A comunicação e o enigma da alteridade: responsabilidade ética, justiça e hospitalidade¹

Communication and the enigma of otherness: ethical responsibility, justice and hospitality

Comunicación y el enigma de la alteridad: responsabilidad ética, justicia y hospitalidad

Ângela Cristina Salgueiro Marques

Universidade Federal de Minas Gerais
<angelasalgueiro@gmail.com>

Luis Mauro Sá Martino

Faculdade Cásper Líbero
<lmsmartino@gmail.com>

Resumo

O objetivo deste texto é elaborar uma reflexão acerca de como o enigma configurado pelo encontro com a alteridade pode nos deslocar e nos afetar de maneira a produzir também impacto sobre os esquemas de inteligibilidade que definem nosso modo de apreender e acolher aqueles que nos aparecem como “estranhos”. Buscamos mostrar, a partir de autores como Emmanuel Lévinas e Judith Butler, que a resposta a ser elaborada para tal enigma escapa ao modelo discursivo de resolução racional de problemas coletivos, requerendo outra maneira de entender a modelagem da interação com os outros. Argumentamos que o enigma do rosto do outro, seu

Abstract

The aim of this text is to elaborate a reflection on how the enigma configured by the encounter with otherness can displace and affect us in a way that also produces an impact on the intelligibility schemes that define our way of apprehending and welcoming those that appear to us as “strangers”. We seek to show, from authors such as Emmanuel Lévinas and Judith Butler, that the answer to be elaborated for such a enigma escapes the discursive model of rational resolution of collective problems, requiring another way of understanding the modeling our interaction with others. We argue that the enigma of the other’s face, its call for the

Resumen

El objetivo de este texto es elaborar una reflexión sobre cómo el enigma configurado por el encuentro con la alteridad puede desplazarnos y afectarnos de una manera que también impacta en los esquemas de inteligibilidad que definen nuestra forma de apreender y acoger a los que aparecen como “extraños”. Buscamos mostrar, a partir de autores como Emmanuel Lévinas y Judith Butler, que la respuesta a elaborar para tal enigma escapa al modelo discursivo de resolución racional de problemas colectivos, requiriendo otra forma de entender el modelado de la interacción con otros. Sostenemos que el enigma del rostro del otro, su llamado

¹ Este trabalho contou com apoio da CAPES, do CNPq e da FAPEMIG. Os autores agradecem aos professores Jean-Luc Moriceau; Pierre-Antoine Chardel e Luiz Signates pelas excelentes contribuições feitas em encontros e diálogos acerca da pesquisa da qual deriva este texto.

apelo pelo descentramento do “eu” e seu grito só podem ser ouvidos se alterarmos o imaginário político de interdependência que define o contexto de nossa experiência da pluralidade de modos de vida em sua inquietante singularidade.

Palavras-chave: Comunicação. Ética. Alteridade. Acolhimento. Rosto.

decentralization of the “I” and its claim can only be heard if we change the political imagery of interdependence that defines the context of our experience of the plurality of ways of life in its unsettling singularity.

Keywords: Communication. Ethics. Otherness. Welcoming. Face.

a la descentralización del “yo” y su grito solo se puede escuchar si cambiamos el imaginario político de interdependencia que define el contexto de nuestra experiencia de la pluralidad de formas de vida en su inquietante singularidad.

Palabras clave: Comunicación. Ética. Alteridad. Acogida. Rostro.

Introdução

Uma reflexão que considere os entrelaçamentos entre ética e comunicação começa com o entendimento de que os vínculos que nos articulam aos outros requerem não um respeito distanciado pela individualidade alheia e suas demandas, mas uma atitude de acolhimento à interpelação que nos é endereçada pela alteridade. A ética seria o caminho pelo qual nos posicionamos fora de nós mesmos para termos condições de escutar e responder àqueles que, em sua radical diferença, se aproximam de nós. Em suas obras mais recentes, Judith Butler (2015, 2017, 2018) nos convida a pensar acerca da dimensão relacional e comunicacional da ética, afirmando que a demanda por justiça elaborada pelo outro (estrangeiro em sua singularidade) nos chega por intermédio da mídia, das imagens, de poemas, da música, geralmente retratando um sofrimento profundo e solicitando de nós uma resposta e uma responsabilidade.

Tal atitude hospitaleira não integra o que é estrangeiro ao familiar, mas se configura como abertura ao enigma trazido pelo outro: ela “deve ser uma abertura ao não familiar, uma desposseção do solo anterior e um desejo de ceder ao que não se pode conhecer de imediato dentro dos campos epistemológicos estabelecidos.”

(BUTLER, 2017, p. 21). Os campos de sentido que demarcam o outro como ser que pode existir a partir de uma legibilidade e de uma visibilidade são definidos por regimes hierárquicos de poder e sujeição. Assim, segundo Butler, se nos engajarmos em uma comunicação ética com a alteridade, temos que nos esforçar para responder a uma demanda ou um clamor que não são redutíveis aos enquadramentos disponíveis ao senso comum consensual. Agir de acordo com uma ética da responsabilidade requer de nós uma atitude crítica com relação ao modo como as forças e disputas de poder cerceiam o aparecimento dos corpos e dos rostos dos sujeitos que nos interpelam.

A abordagem que Butler elabora para construir uma ética relacional da não violência dialoga abertamente com a filosofia de Emmanuel Lévinas. A filosofia de Lévinas nos apresenta desafiantes conceitos acerca da alteridade radical que nos retira de nossa interioridade para respondermos de forma responsável à demanda do outro que nos interpela. Não há como o sujeito “ser no mundo” a partir unicamente de seu quadro reflexivo, sem uma disponibilidade para os outros e para a tarefa ética exigida nesse contato: uma aproximação da singularidade daqueles junto aos quais empreendemos nossa trajetória, o que acarreta uma

transformação singular de nós mesmos e daqueles com quem compartilhamos experiências, sempre em movimento e mudança. O outro traz diante de nós um chamado, uma exterioridade radical que coloca em questão a soberania absoluta do “eu” e de sua autoridade.

Nosso intuito neste texto é elaborar uma reflexão acerca de como o enigma configurado pela proximidade do outro pode nos perturbar e nos afetar de maneira a sermos transformados e, conseqüentemente, transformarmos nosso modo de apreender e acolher a alteridade. Apostamos no fato de que a estrutura intersubjetiva do enigma escapa ao modelo de conversação, de troca argumentativa e de resolução racional de problemas coletivos, requerendo outra maneira de entender a modelagem da interação com a estranheza daqueles que conosco interagem.

Enigma: interrupção e desarticulação da interioridade

A nosso ver, é absolutamente instigante a proposição feita por Lévinas de que o encontro com o outro se dá sob a forma de um enigma, isto é, uma desarticulação de nossa interioridade a partir do momento em que o outro manifesta a si mesmo diante de nós, preservando sua radical singularidade. O enigma interrompe a tendência de ordenar a ordem, perturba toda totalidade e permite a emergência da responsabilidade por outrem, favorecendo a ligação entre a ética e a justiça (LÉVINAS, 1987). Enquanto buscamos a universalidade da justiça, o outro desestabiliza nossa perseverança e insistência em permanecermos nós mesmos. Assim, a socialidade está no centro da re-

flexão de Lévinas (2011, 1996): da ética à justiça, da singularidade à universalidade, da resposta dada ao outro à responsabilidade por ele – como construir passagens comunicativas entre os indivíduos e seus universos, seus contextos, suas formas de vida? Lévinas (1980, 1999) nos ensina um caminho possível – e afetivamente muito difícil – para a fraternidade e para a inquietação constante por aquele estrangeiro que de nós se aproxima. O enigma perturba o ser pela proximidade; requer uma tessitura simultânea da singularidade com a pluralidade; e demanda uma maneira de escapar à simetria, à hierarquia e à ordenação racional dos seres e do mundo.

É enigmático o modo como o outro se manifesta diante de nós, como conseguimos ouvi-lo, mas sem que ele possa ser apreendido pelo conceito, por nossa tentativa de reduzi-lo a um padrão conhecido de julgamento, uma vez que a razão suprime a alteridade do interlocutor e do falante. Tal encontro enigmático é definido por Lévinas como uma “relação sem relação”: o outro não é conhecido pelo Dito, pela representação, mas respondido no Dizer, através do apelo que nos demanda e sanciona nosso poder de agir e ser. É como se, através do enigma, o outro interrompesse o jogo de sua redução ao mesmo. Ao mesmo tempo que a exterioridade se apresenta a interioridade se forma: o eu é aberto e constituído pelo outro.

Mencionamos como o enigma do outro pode ser interpretado como o momento de desarticulação da totalidade que nos encerra em nós mesmos a partir de uma demanda que nos é apresentada pela alteridade radical (LÉVINAS, 1987). Essa ruptura com nossa interioridade é descrita por Lévinas

como um chamado à responsabilidade ética que introduz uma descontinuidade no processo do ser “desejar se fechar em si mesmo” como interioridade. Assim, o enigma seria a desarticulação e a desposseção do ser de sua totalidade, interrompendo o jogo de poder ontológico da consciência. Veremos mais adiante como essa interrupção do desejo de retorno à interioridade se aproxima da noção de feminino em Lévinas e de sua reflexão acerca do “il y a”.

Essa maneira que o outro possui de buscar meu reconhecimento enquanto preserva sua singularidade, desdenhando o recurso à imediatividade do conhecimento ou da cumplicidade, essa forma de manifestar-se sem se manifestar chamamos de enigma – voltando à etimologia desse termo Grego (que significa algo obscuro ou equívoco), e contrastando-o com o aparecimento indiscreto e vitorioso de um fenômeno... Um enigma não é uma simples ambiguidade na qual dois significados possuem chances iguais e a mesma luz. Em um enigma, o significado exorbitante está de antemão apagado em sua aparição. (LÉVINAS, 1987, p. 66).

A experiência disruptiva de desarticulação trazida pelo enigma do outro não pode ter um significado atribuído pelo conceito. A ruptura ocorre justamente pela (i)mediaticidade do contato com o rosto do outro. Em outros trabalhos (VIEIRA; MARQUES, 2016; MARTINO; MARQUES, 2019b; MARQUES; VIEIRA, 2018a, 2018b) apresentamos e discutimos de maneira mais detida o conceito de rosto em

Lévinas. Em *Totalidade e Infinito*, na seção intitulada “Rosto e Sensibilidade”, Lévinas nos esclarece o seguinte:

O rosto recusa-se à posse, aos meus poderes. Na sua epifania, na expressão, o sensível ainda captável transmuda-se em resistência total à apreensão. [...] O rosto, ainda coisa entre as coisas, atravessa a forma que entretanto o delimita. O que quer dizer concretamente: o rosto fala-me e convida-me assim a uma relação sem paralelo com um poder que se exerce, quer seja fruição quer seja conhecimento. (2000, p. 176).

Duas indicações feitas nesse trecho merecem nossa atenção: primeiro, o fato de que o rosto não pode ser apreendido pela racionalidade dos conceitos e das representações. E, segundo, o fato de que, mesmo inapreensível, o rosto fala, elabora uma demanda, instaura um dizer e nos convida a uma relação que não pode ser aquela do conhecimento, da posse, da redução do rosto àquilo já sabido, já hierarquizado pelo sentido do familiar (RAE, 2016). Portanto, o rosto do homem, ou do *outro homem*, guarda tal dimensão de alteridade que excede toda a descrição. Não se trata de descrevê-lo a partir da percepção dos seus detalhes físicos; interpretá-lo dessa maneira é ignorar seu significado – ele, o rosto, convida-me, vulneravelmente, de pronto, a pôr-me em relação com aquilo que o conhecimento conceitual não sabe, ou não pode, transmitir: a distância invisível e infinita da alteridade (MARQUES; VIEIRA, 2018a, 2018b).

O rosto fala, endereça-se a nós e nos convida a elaborar uma resposta. A relação

com o rosto é discursiva, mas não nos molde de uma troca argumentativa ou de um debate que requer construção justificada de pontos de vista. A exterioridade do rosto primeiro abala a interioridade de quem o escuta. Por essa via, o eu e o outro surgem juntos: a subjetividade surge como parceira do enigma. Visto por Lévinas como a “transcendência que perturba o ser”, o enigma do rosto é a única coisa que nos permite a existência.

[...] o enigma diz respeito particularmente à subjetividade, que sozinha pode reter sua insinuação, essa insinuação é tão rapidamente contradita quando alguém procura comunicá-la, que essa exclusividade assume o sentido de uma convocação que primeiro ergue esse ser como subjetividade. Convocado a aparecer, chamada a uma responsabilidade inalienável – enquanto o desvelamento do ser ocorre aberto à universalidade – a subjetividade é a parceira do enigma, parceira da transcendência que perturba o ser. (LÉVINAS, 1987, p. 70).

O enigma do rosto está além do conhecimento e da nossa tentativa de organizar o mundo, de ordená-lo segundo normas e princípios racionais. A palavra que vem em resposta ao rosto do outro não pode ser entendida dentro de um modelo de conversação ou diálogo. A relação estabelecida pelo enigma vem antes da linguagem entendida como troca de signos. Dito de outro modo, a relação de fala com o outro não é o enfrentamento de duas figuras, mas o acesso ao outro em sua estranheza pela fala. Mas para manter essa estranheza são necessárias

a não reciprocidade e a não compreensão. Com o outro, troco uma palavra sem compreensão, mas que preciso responder. Esse diálogo é impossível e, justamente por isso, recebe o nome de “relação sem relação”.

Em *Totalidade e Infinito*, Lévinas analisa o abalo da totalidade através do enigma trazido pelo rosto do outro (o rosto define a ideia de Infinito) e da exterioridade. Ele descreve a relação ética demandada pelo rosto como o questionamento e a perturbação impostos ao egoísmo e ao isolamento do eu. A subjetividade como acolhimento de outrem, como acolhimento da ideia de infinito que desorganiza o eu efetiva-se em *Outramente que ser* (*Autrement qu'être ou au-delà de l'essence*), obra que trata da responsabilidade como a estrutura essencial, primeira e fundamental da subjetividade (ALFORD, 2004; MARQUES; MORICEAU, 2019; MARTINO; MARQUES, 2019). Pensada mediante uma terminologia ética, nessa obra, a subjetividade organiza-se a partir da estrutura do “para o outro” antes mesmo de ser “para si”, delineando, assim, o sentido da subjetividade para além do ser, no dizer e na resposta ao apelo trazido pelo rosto do outro.

O dizer que acessa o outro em sua estranheza, discurso fundante, surge com a aparência do rosto e a desarticulação do *self* (existente) no encontro com o outro e a escuta de seu apelo. É importante salientar que o rosto apresenta um desafio singular ao ego, convidando ao encontro e à hospitalidade, ou seja, a um tipo de sociabilidade em que aprendemos a produzir relações que não sejam por meio vínculos que se produzem via representação e redução avaliativa do outro ao mesmo (DERRIDA, 2004).

Relação sem relação: acolhimento e hospitalidade

Vimos até aqui que o enigma do rosto nos apresenta uma forma de ver o outro em sua singular alteridade, ou seja, ele não é reconhecido, conhecido, mas respondido, por uma fala que é uma resposta. Ver o outro é responder a ele. Desse modo, o discurso estruturado como uma resposta é a modalidade de reconhecimento que reconhece a alteridade irreduzível (LÉVINAS, 1980, 1999, 2007). O enigma do rosto produz então um apelo que me demanda, uma contestação que me sanciona. Mas como é configurada essa comunicação com o outro, essa expressão que não se define por meio de um diálogo tal como o conhecemos?

Segundo Lévinas (1987), a expressão não consiste em apresentar a uma consciência contemplativa um signo, que é interpretado pela consciência olhando para o que ele significa. O que é expresso não é só um pensamento que anima o outro, é também o outro presente naquele pensamento. A expressão teria a capacidade de tornar presente o que é comunicado e aquele que comunica. Mas isso não significa que a expressão nos ofereça conhecimento sobre o outro. A expressão não fala sobre alguém, não é uma informação sobre uma coexistência, não invoca uma atitude em acréscimo ao conhecimento: a expressão convida alguém para falar com alguém. A mais direta atitude não é o conhecimento que podemos ter sobre o outro, mas o acolhimento. Ou seja, a relação com o outro não se dá pelo conhecimento, pela representação, pelo dito. Contrariamente, é no dizer que a alteridade exerce uma força sobre o eu, um distúrbio, uma desestabilização em sua infinita e irrepresentável emergência. E o eu

não é determinado pelo outro, mas aberto para uma transcendência pela qual significa, para além de si e sustenta o peso de totalidade em sua responsabilidade (MARQUES; MARTINO; CHARDEL, 2019).

O encontro ético com o outro interrompe a tendência do *self* de conceber o mundo como espaço de poder. Interrompe o jogo da redução ao mesmo. Tal encontro instaura uma “relação sem relação”, na qual o outro não é nomeado, ele é invocado. A visão não prevalece no encontro com o rosto, pois ela é uma forma violenta de relação com o outro, imobiliza seu sujeito/ objeto como tema (RAE, 2016; VIEIRA; MARQUES, 2016). A visão falha em fazer justiça ao outro. Como explica Lévinas (1993, 2011), o ser (existente) toma forma através de uma “certa relação” com a existência, assume sua existência, a determina a partir do dizer do rosto. O rosto interpela, inicia um movimento de transcendência, dá origem ao processo que torna a vida de um sujeito sua, tornando-se ele existente: ele se impõe, quebra uma continuidade, começa, desvencilhando-se da totalidade e abrindo-se ao infinito. Enquanto o dito promove um movimento contínuo de insistência, a temporalidade instaurada no encontro com o rosto articula a relação entre o existente e a existência, promovendo a transcendência (LÉVINAS, 2011).

A transcendência é descrita por Lévinas (1999, 1980, 2011, 1987) como a abertura do ser para não ser possuído por si mesmo, como despossessão. Como evidenciamos, o enigma do rosto dá origem a um movimento provocado pela alteridade radical, abrindo no tempo uma fresta “inapropriada” (por vezes até indesejada pela interioridade) e que pode dar origem à experiên-

cia. Tal experiência, segundo a leitura que Derrida (2004, 2005) faz de Lévinas é de hospitalidade e pode ser indicada como a presença do feminino em nossa existência.

O feminino como acolhimento da alteridade

A noção de feminino em Lévinas é ambígua e recebeu várias críticas ao longo do tempo. É preciso apontar que ele revisou essa noção diante dos questionamentos a ele endereçados, mas ainda assim temos que ter cautela com relação ao que, de fato, ele chama de feminino em suas obras. Ora ele associa o feminino à interioridade da morada, da habitação e da casa; ora ele aproxima o feminino do gesto ético de escuta e acolhimento ao chamado feito pelo enigma do rosto (SANDFORD, 2002). Em *Totalidade e Infinito*, por exemplo, vemos mais fortemente o desenho conceitual do lar como ambiente privilegiado de proteção da interioridade do ser. Nesse contexto da morada, a mulher aparece descrita como ser “silencioso”, que ampara o homem em suas desventuras. Contudo, ainda nessa mesma obra, Lévinas nos fornece elementos importantes para considerarmos outra acepção do feminino em seu pensamento: ele afirma que o feminino expressa as possibilidades de relação transcendente com a alteridade, ou seja, o feminino como dizer singular do rosto que demanda e oferece acolhimento e não como ser subalternizado por meio relações de opressão de gênero.

A figura do Feminino associada à morada (casa) é uma forma levinasiana de dizer da condição do sujeito ético que, em *Totalidade e Infinito*, é responsável

por acolher Outrem em sua absoluta alteridade. Defender que Lévinas tenha assumido uma postura sexista significa ignorar o sentido dos termos mulher e feminino em seus escritos. A saber, eles só se compreendem se situados no face-a-face ético. [...] O autor situa o feminino para além da descrição sociológica focada na diferença de papéis determinados pela escala social em torno do masculino/feminino e chancelados pela cultura, pelo *ethos* ambiente cuja função seria a de normatizar os direitos/deveres dos sexos. [...] O filósofo pretende assim enfatizar que essa primeira aproximação do Feminino esboça o caráter eminentemente ético da vida social para além do Ser, na bondade inaugurada pelo outro. (RIBEIRO; RIAL, 2019, p. 192-193).

O enigma que o feminino impõe sobre a totalidade da interioridade fica mais claro na obra *De outro modo que ser* (2011), uma vez que aparece associado ao acolhimento da alteridade, reafirmando uma ética da proximidade, na qual o feminino encarna o gesto de responder à vulnerabilidade do rosto do outro.

O feminino, ainda que aproximado da noção ética de acolhimento, não pode ser separado da mulher concreta. Rodrigues (2011, 2013) ressalta que a leitura derridiana de Lévinas nos permite perceber como o feminino não pode ser confundido com a mulher ou com uma essencialidade da definição da mulher e de seus papéis sociais atribuídos. Sabemos que Lévinas afirma que falar de feminino não é falar da mulher empírica. Lévinas também afirma, em

Totalidade e Infinito (1980, p. 140), que a “ausência empírica do ser humano de sexo feminino em uma morada em nada altera a dimensão de feminidade que nela permanece aberta, como o próprio acolhimento da morada”. Contudo, são várias as afirmações presentes em suas obras que nos levam a notar que a “mulher empírica” não pode ser colocada em segundo plano. No próprio livro *Totalidade e Infinito*, encontramos uma metáfora espacial que faz o vínculo com uma das dimensões do “feminino” em Lévinas: a morada, a dimensão protegida do lar, do recolhimento do sujeito a si mesmo, e também do acolhimento e proteção, do cuidado:

E o Outro, cuja presença é discretamente uma ausência e a partir da qual se realiza o acolhimento hospitaleiro por excelência que descreve o campo da intimidade, é a Mulher. A mulher é a condição do recolhimento, da interioridade da Casa e da habitação. (LÉVINAS, 1980, p. 138).

Nesse espaço do já familiar, da morada e da habitação, localiza-se a figura da mulher que é mãe, que cuida, acolhe, abraça e provê a segurança emocional e física. A mulher, aqui apresentada como condição da interioridade da casa e da habitação, é também associada à mãe, àquela que, em gesto de renúncia e desposseção, oferece sua atenção ao outro, obliterando-se no silêncio. Tal silenciamento da mulher no âmbito doméstico também é alvo de críticas ao pensamento do feminino em Lévinas. Menezes (2008, p. 26) mostra como Lévinas descreve a mulher como “presença e ausência, linguagem sem ensinamento, por isso silenciosa,

presença sempre discreta, segredo, mistério”. Ao afirmar que “a casa é a mulher”, Lévinas indica, segundo Rodrigues (2011, p. 373), “que é a mulher quem torna a vida pública do homem possível, recuperando a tradição judaica segundo a qual a mulher é responsável pela vida espiritual, pela paz doméstica e por tudo aquilo que dá suporte ao homem”. Tal reflexão nos conduz, de fato, ao entendimento de que Lévinas valoriza as habilidades das mulheres na cultura judaica, mas define os limites de sua atuação fora da vida pública.

No livro *Difícil Libertad: ensayos sobre el judaismo*, Lévinas afirma que “presença discreta das mães, esposas e filhas em seus passos silenciosos nas profundezas e densidade do real, desenhando a própria dimensão da interioridade e tornando o mundo habitável” (p. 55). É controversa essa reiteração do silenciamento das mulheres no âmbito do lar. Ainda que, segundo Chalier (1992, p. 167) a presença da mulher nos escritos de Lévinas, quando se faz silenciosa, seja um exemplo prático da astúcia feminina na arte literária da Bíblia – na qual a expressividade da mulher é alcançada com a economia das palavras, que ensinaria mais do que a profusão de ações das personagens masculinas – é impossível não considerar as assimetrias e desigualdades despertadas por uma tal definição.

De um lado, Chalier (1992), Venâncio (2017) e Denis (1985) argumentam que a doação silenciosa, o “ser para o outro”, no caso da figura da mãe acionada por Lévinas, não se confunde com a submissão feminina. Pelo contrário, para elas, o gesto da generosidade livre e autônoma de uma matriarca revelaria como sua feminilidade estaria mais próxima da autoridade e não

da submissão. Do mesmo modo, Ribeiro (2015, p. 58) afirma:

A figura feminina que de imediato aparece em um papel secundário em um mundo masculinizado é referida como a protagonista que eleva tanto o mundo quanto o homem ao status de humanidade. O feminino, portanto, vem se apresentar como suavidade e abertura para acolher o homem, tornando o mundo mais habitável.

Rodrigues (2011) retoma, de outro lado, a crítica feita por Simone de Beauvoir a Lévinas em *O segundo sexo*, uma vez que, a seu ver, ele destinava à mulher um lugar de subalternidade e inferioridade em relação ao homem. Para Beauvoir, a afirmação de que a mulher é mistério, faz com que ela se constitua como mistério para o homem, submetendo-se a ele e a sua avaliação e jugo, reiterando a supremacia machista. Nas palavras de Rodrigues (2011, p. 381), Beauvoir “tomou Lévinas como exemplo de desvalorização das mulheres no contexto de um pensamento que afirmava o sujeito como o masculino, e secundarizava o outro como feminino”.

Como vimos, Rodrigues (2013) prefere investir na abordagem derridiana da noção de feminino em Lévinas, ressaltando-a para além da mulher, como abertura ética, incondicional e responsável ao rosto do outro. Entretanto, a autora não deixa de se questionar a respeito do seguinte impasse: se a mulher é diferente do homem (e não inferior a ele), como valorizar a especificidade feminina e, ao mesmo tempo, questionar argumentos essencialistas tradicionalmente evocados para definir o lugar da mulher

como subordinado? Para ela, a contribuição de Lévinas se encontra no modo como ele define a relação erótica: não como o encontro entre homem e mulher, como fusão entre duas metades que se completam, mas como contato, proximidade e oportunidade de “sair de si e ir além”. O eros configura o encontro perturbador com o outro no qual o sujeito que parte da solidão de sua interioridade possui agora outra alternativa para sua existência que não seja o retorno a si mesmo, ou a aniquilação pela morte. O encontro com o feminino na relação erótica é, para Lévinas, uma forma de vulnerabilização do sujeito que, gradativamente, vê ampliada sua vulnerabilidade em detrimento de sua “virilidade” (RODRIGUES, 2011; MENEZES, 2008). Nessa visão do feminino, “o sujeito encontra-se como o si de outro e não apenas como o si de si mesmo” (LÉVINAS, 1980, p. 249).

Segundo Menezes (2008), o feminino é uma alternativa que permite ao sujeito sair do dilema instaurado pelo “*il y a*” (a existência sem existente). Lévinas define o “*il y a*” como a ausência do sujeito, destacando o modo como o anonimato da existência pode ser associado à noite e seus perigos. “Na noite não há forma, pois é a luz do dia que possibilita a claridade das formas, a distinção, a diferença. Lévinas associa o *il y a* ao horror mesmo da noite que assombra e que, de alguma forma, provoca o existente a sair de si” (MENEZES, 2008, p.17).

Isso significa que a identidade desse sujeito transforma-se numa solidão tão absoluta (“estou para sempre comigo mesmo”) como se a força destrutiva do *il y a* fosse encarnada pela *virilidade* de um sujeito que se percebe

como centro de todas as coisas e origem de todo poder. O sujeito assume a força do *il y a*; agora é ele que faz do Outro anônimo. Ele passa a viver entre o medo do anonimato e o poder de fazer surgir o anônimo. É dentro desse contexto que o *feminino* surge. (MENEZES, 2008, p. 18).

O feminino aponta, portanto, para a estrutura intersubjetiva a partir da qual a relação ética da responsabilidade por outrem demanda de nós um investimento na fraternidade (CARRARA, 2010). Para Lévinas, todos são iguais diante do apelo do rosto e todos os rostos são igualmente vulneráveis com relação aos termos com os quais formulam a demanda de responsabilidade aos outros. Mas como responder aos vários rostos e demandas? Esse não é um dilema que pode ser resolvido apenas do ponto de vista ético, mas requer uma decisão no plano moral, da justiça. Segundo Carrara (2010), a filosofia ética de Lévinas demanda um entrelaçamento entre ética e moral, entre ética e política.

Acolhimento, resposta e responsabilidade ética

O outro já está em mim, mais perto de mim do que sou para mim mesmo, mas o outro não sou eu: o outro é minha graça salvadora, uma presença estrangeira que me permite abrir-me para o mundo, um corpo estranho, estrangeiro, que se fixa entre mim e meu ego, e assim permite-me escapar da minha interioridade narcisista, dedicando-me ao outro que reside no mesmo (SANDFORD, 2002; RIBEIRO, 2015). Como faço para realizar minha infinita obrigação

para com o outro social? Isto é, como distribuo minha infinita obrigação ao outro em um mundo de tantos outros? Se passo apenas a ouvir e defender aqueles que a mim se assemelham, não estarei eu contribuindo para uma forma de violência que protege os “iguais” e pune os “diferentes”? Lévinas parece enfatizar nossa obrigação não com um outro abstrato, mas com uma pessoa real, que está perto de mim. Isso levanta algumas questões difíceis, tais como essas apresentadas por Butler:

Em termos filosóficos, Lévinas esboça uma cena ética na qual somos obrigados, na maioria das situações, a preservar a vida do outro – obrigados pela alteridade que ali encontramos. Sob uma análise mais detalhada, no entanto, descobre-se que essa cena, que parecia nos obrigar universalmente, é restrita em termos culturais e geográficos. A obrigação ética para com o rosto do outro não é uma obrigação que alguém pode ou consegue sentir em relação a todo e qualquer rosto. Aliás, Derrida afirmou que, se tivesse que responder a todo e qualquer rosto, inevitavelmente acabaria se tornando irresponsável. Se isso for verdadeiro, então a exigência ética não precede as noções de autonomia cultural, e sim é enquadrada e restringida de antemão por certas noções de cultura, etnia e religião. [...] Pode o rosto servir como injeção contra a violência direcionada a todo e qualquer indivíduo, incluindo aqueles cujos rostos, no sentido literal, eu não conheço? Será possível derivar uma política de não violência a partir da injeção levinasiana, e será possível

responder aos rostos dessa multidão? (BUTLER, 2017, p. 47; 64).

Como mencionamos no início deste texto, Butler (2004, 2015, 2017, 2018) tem tentado refletir acerca de como o pensamento levinasiano acerca do rosto pode ser vital para uma teoria da justiça pautada pelo questionamento das condições de reconhecibilidade das vidas como dignas ou indignas. Nos livros *Vida Precária* e *Quadros de Guerra*, ela mostra como a noção de rosto pode nos ajudar a pensar sobre como representações e enquadramentos midiáticos desumanizam ou humanizam formas de vida. Ainda que o rosto não se confunda com a face humana, o rosto fala, articula um apelo e o endereça aos outros. O que acontece quando esse apelo é tornado legível ou ilegível pela semântica midiática? O que acontece quando o dizer do rosto passa a chegar até nós por meio de um discurso que torna visíveis e legíveis apenas determinadas formas de vida? Segundo Butler, o rosto não é apagado quando uma representação falha em mostrar seu referente. Pelo contrário, o rosto e seu enigma só podem emergir quando a representação não alcança seu intuito.

Esquemas normativos de inteligibilidade definem formas de atuação de um poder normativo, afirma Butler (2004, p. 157), traçando uma biopolítica que governa por meio da violência:

Há dois modos distintos de poder normativo: um opera na produção de uma identificação simbólica do rosto com o inumano, excluindo nossa compreensão do humano em jogo; o outro funciona no apagamento radical, de

modo que nunca houve um humano, nunca houve uma vida e, portanto, assassinato algum ocorreu. No primeiro caso, algo que já emergiu no reino da aparência precisa ser contestado como reconhecidamente humano; no segundo caso, a esfera pública da aparência é constituída com base na exclusão dessa imagem. O trabalho é, então, estabelecer maneiras públicas de ver e ouvir que possam responder ao grito do humano dentro da esfera da aparência.

Há uma guerra delineada nesse esforço de tornar certas vidas ininteligíveis: a visibilidade e a audibilidade podem até ser alcançadas pelo apelo do rosto, mas o que impede o reconhecimento da humanidade dessas vidas é o enraizamento de padrões normativos de julgamento e valores que depreciam, ofendem, causam danos profundos à pluralidade de formas de vida tecidas e retecidas cotidianamente nas experiências singulares de grupos de indivíduos.

É certo que, para Lévinas, nossa responsabilidade para com cada um seria infinita; mas como responder a tantos rostos que emergem diante de nós distorcidos por enquadramentos da guerra biopolítica? Como tecer respostas não violentas e fraternas quando o outro nos é ofertado pelos “enquadramentos de guerra” como ameaçador, como inimigo, como potencialmente perigoso? Lévinas não responderá a questões semelhantes a essas, pois isso exigiria dele a proposição de uma ética universal. Nosso compromisso perante uma multiplicidade de outros é constantemente atravessado pela atuação do poder biopolítico que produz quadros interpretativos dificilmente modificados por leis universais, mas

fraturados por dentro a partir de performatividades que, ao seguirem as normas, produzem intervalos, deslocamentos e hiatos de modo a expor e desvelar violências e desigualdades e, quiçá, de propor novas rotas de ação e resistência.

Considerações finais

Quando Lévinas nos fala sobre o enigma do rosto, sobre o modo como a alteridade nos desarticula, ele deseja justamente mostrar que não pode haver uma norma ou conjunto de princípios que regule os modos como somos constantemente desafiados a renunciar a totalidade e acolher o infinito manifesto no dizer do rosto. Todo o seu pensamento é contra uma tendência de hierarquizar, organizar, normatizar o encontro com o outro. Em vez da criação de princípios universais, a justiça seria, para ele, fundada na tarefa política e ética de pensar o campo da pluralidade social. É a ética que pode impedir o totalitarismo: “ela está em condições de interromper a política toda vez que ela se afastar das exigências de responsabilidade pelo outro tão presentes no face a face” (CARRARA, 2010, p. 92).

De acordo com Butler (2004, 2017), a fraternidade demandada por Lévinas é parte de um pensamento ético acerca de uma política da não violência que se opõe à biopolítica: seria preciso um novo imaginário no qual todas as vidas possam ser igualmente percebidas como dignas de serem vividas e reconhecidas como válidas. A interdependência que articula as formas de vida poderia ser tecida a partir da fraternidade, da vulnerabilidade e da hospitalidade. Contudo, como regular que vidas serão registradas como dignas de serem preserva-

das? Como a lei pode funcionar para conter uma violência que nem mesmo é percebida como tal? O trabalho recente de Butler nos convida a pensar em um imaginário político da igualdade, uma igualdade radical que enfrenta regimes de poder tácitos que atuam na permanência de uma distribuição desigual da preservação das vidas.

A nosso ver é aí que talvez a perspectiva dos afetos possa trazer uma contribuição importante, seja para a sociabilidade humana, seja para a realização de pesquisas no campo das humanidades: os afetos ajudam a fabular um imaginário político no qual não é o “eu” que constitui o Outro, mas, ao contrário, o eu é constituído pelo enigma do rosto do outro. Tal vínculo comunicativo é traçado pelo respeito que “consiste justamente em me reconhecer comandado pelo rosto do outro, que, por sua vez, também está sob meu comando” (CARRARA, 2010, p. 127). Os afetos nos instigam a refletir acerca dos motivos que nos levam a lutar para preservar a vida dos outros: eles ativam sentimentos morais de empatia que vão além do exercício de nos colocarmos no lugar dos outros. De nada adianta nos projetarmos na situação de experiência do outro se os quadros morais de julgamento da vida permanecem os mesmos. O enigma do rosto do outro, seu apelo pelo descentramento do “eu” e seu grito só podem ser ouvidos se alterarmos o imaginário político de interdependência que define o contexto de nossa experiência da alteridade. Acreditamos que uma abordagem igualitária da preservação de todas as vidas requer também uma virada ética e afetiva por meio da qual preservar a si mesmo seja um gesto entrelaçado à preservação de todos os outros, em sua enigmática e inquietante singularidade.

Referências bibliográficas

- ALFORD, C. Fred. Lévinas and Political Theory. **Political Theory**, v. 32, n. 2, p.146-171, 2004.
- BUTLER, Judith. **Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence**. New York: Verso, 2004.
- BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**. Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, Judith. **Caminhos Divergentes**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2018.
- CARRARA, Ozanan. **Lévinas: do sujeito ético a sujeito político**. São Paulo: Ideias & Letras, 2010.
- CHALIER, Catherine. **As matriarcas: Sara, Rebeca, Raquel e Lia**. Prefácio: Emmanuel Lévinas. Petrópolis: Vozes, 1992.
- DENIS, Marie. Catherine Chalier et les Matriarches, Sarah, Rebecca, Rachel et Léa. **Les Cahiers du GRIF**, n.32, p. 152-153, 1985.
- DERRIDA, Jacques. Hospitality. **Angelaki**, v. 5, n. 3, p.3-18, 2000.
- DERRIDA, Jacques. **Adeus a Emmanuel Lévinas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- DERRIDA, Jacques. “The principle of hospitality”. **Parallax**, v.11, n.1, 2005, p.6-9.
- DUBOST, Matthieu. «Féminin et phénoménalité selon Emmanuel Lévinas». **Les Études Philosophiques**, v. 3, n. 78, p. 317-334. 2006.
- LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Lisboa: Edições 70, 1980.
- LÉVINAS, Emmanuel. Phenomenon and Enigma. *In: Collected Philosophical Papers*. Trad. Alphonso Lingis. Dordrecht: Martinus Nijhoff, 1987, p. 61-74.
- LÉVINAS, Emmanuel. **Humanismo do outro Homem**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- LÉVINAS, Emmanuel. Deux dialogues avec Emmanuel Lévinas. *In: PONZIO, Augusto. Sujet et altérité sur Emmanuel Lévinas*. Paris: L’Harmattan, 1996, p.143-151.
- LÉVINAS, Emmanuel. **Alterity and transcendence**. New York: Columbia University Press, 1999.
- LÉVINAS, Emmanuel. **Ética e infinito**. Lisboa: Edições 70, 2007.
- LÉVINAS, Emmanuel. **De outro modo que ser ou para lá da essência**. Trad.: José Luiz Pérez e Lavínia Leal Pereira. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.
- LÉVINAS, Emmanuel. **Quatro leituras talmúdicas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

MARQUES, A. C. S.; MARTINO, L. M. S. Entre a justiça e a singularidade do existente: Sobrevivências do rosto no encontro entre ética e política. In: RIAL, Gregory (org.). **Aproximações: o pensamento de Emmanuel Lévinas em diálogo**. Porto Alegre: Fi, 2018, v. 1, p. 103-120.

MARQUES, Ângela; MARTINO, L. M. S.; CHARDEL, P.A. Les temporalités communicatives dans la rencontre éthique avec autrui: accueil, écoute et réponse chez Lévinas. **Contra-campo**, v. 38, p. 1-13, 2019.

MARQUES, Ângela; SOUZA, Frederico. Politics and aesthetics in rancière and lévinas: scene of dissensus, face and constitution of the political subject. **Kriterion**, v. 59, p. 7-33, 2018a.

MARQUES, Ângela.; SOUZA, Frederico. À escuta do rosto nas imagens: aproximações entre Lévinas, Butler e Didi-Huberman. In: RIBEIRO JÚNIOR, Nilo; AGUIAR, Diogo Villas Bôas de; RIAL, Gregory; CARVALHO, Felipe Rodolfo de (orgs.). **Amor e Justiça em Lévinas**. São Paulo: Perspectiva, 2018b, v. 1, p. 99-114.

MARQUES, Ângela; MORICEAU, Jean-Luc. Lévinas, une éthique de la communication qu'accueille le vulnérable. In: CARVALHO, Felipe Rodolfo de; GENARO JUNIOR, Fernando; TEIXEIRA, Marina Araújo. (org.). **Ética, direitos humanos e pós-humanismo**. Belo Horizonte: Cebel/Dom Helder, 2019. v. 2, p. 188-199.

MARTINO, L. M. S.; MARQUES, Ângela. Acolhimento, consideração e hospitalidade na experiência do estrangeiro: potências do feminino. In: RIAL, Gregory; SANTOS, Luciene dos (org.). **Linguagem, feminino e literatura**. Belo Horizonte: Cebel/Dom Helder, 2019a. v. 3, p. 71-85.

MARTINO, L. M. S.; MARQUES, Ângela. A comunicação como ética da alteridade: pensando o conceito com Lévinas. **INTERCOM**, v. 42, p. 21-40, 2019b.

MENEZES, Magali Mendes de. O pensamento de Emmanuel Lévinas: uma filosofia aberta ao feminino. **Estudos Feministas**, v. 16, n. 1, p.13-33, 2008.

RAE, Gavin. The political significance of the Face: Deleuze's Critique of Lévinas. **Critical Horizons**, v. 17, n. 3-4, p. 279-303, 2016.

RIBEIRO, N.; RIAL, G. Rastros do feminino. In: Gregory Rial; Luciene dos Santos. (org.). **Linguagem, feminino e literatura**. Belo Horizonte: Cebel/Dom Helder, 2019a. v. 3, p. 189-203.

RIBEIRO, Luciane. **A Subjetividade e o Outro: ética da responsabilidade em Emmanuel Lévinas**. São Paulo: Ideias&Letras, 2015.

RODRIGUES, Carla. **Dois palavras para o feminino: hospitalidade e responsabilidade**. Rio de Janeiro: Nau Editora, Faperj, 2013.

RODRIGUES, Carla. A costela de Adão: diferenças sexuais a partir de Lévinas. **Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 371-387, 2011.

SANDFORD, Stella. Levinas, feminism and the feminine. In: CRITCHLEY, Simon; BERNASCONI, Robert (eds.). **The Cambridge Companion to Levinas**. London: Cambridge University Press, 2002. p. 139-160.

VENÂNCIO, Mariana. Inclina teu cântaro para que eu beba: o feminino pelos olhos da autora javista do pentateuco. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress. **Anais Eletrônicos** [...], Florianópolis, 2017. ISSN 2179-510X, p. 1-12.

VIEIRA, F.; MARQUES, A. C. S. Rosto e cena de dissenso: aspectos éticos, estéticos e comunicacionais de constituição do sujeito político. **Questões Transversais**, v. 4, p. 17-27, 2016.

Data do recebimento: 30/03/2021

Data do aceite: 01/05/2021

Dados dos autores:

Ângela Cristina Salgueiro Marques

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5038152185134297>

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG. Doutora em Comunicação Social pela UFMG. É pesquisadora do CNPq e pós-doutora pela Université Stendhal, Grenoble III, França. É autora dos livros: *Apelos Solidários* (Intermeios, 2017), escrito com Angie Biondi; *Diálogos e Dissidências: M. Foucault e J. Rancière* (Appris, 2018), com Marco Aurélio Prado; *Ética, Mídia e Comunicação* (Summus, 2018) e *No caos da convivência* (Vozes, 2020), ambos escritos com Luis Mauro Sá Martino. É organizadora do livro *Vulnerabilidades, justiça e resistências nas interações comunicativas* (SELO PPGCOM, 2018).

Luis Mauro Sá Martino

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0251927939615742>

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero e pesquisador do CNPq. Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Foi pesquisador da *University of East Anglia*, na Inglaterra, e é autor dos livros *Métodos de Pesquisa em Comunicação* (Vozes, 2018), *Teoria da Comunicação* (Vozes, 2009), *Comunicação e Identidade* (2010) e *The Mediatization of Religion* (Routledge, 2016). Em coautoria com Ângela Marques, publicou os livros *Ética, Mídia e Comunicação* (Summus, 2018) e *No caos da convivência* (Vozes, 2020).

